

O tempo da(na) investigação em tempos de crise

Elisa Maria Quartiero
Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC/Brasil
Emilia Araújo
Universidade do Minho/ICS/Portugal
Lucídio Bianchetti
Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC/Brasil

Introdução

Paquot (2002: 32) afirma que “a originalidade da obra que cada um deseja realizar depende grandemente desta capacidade de permanecer dono do seu tempo”. A proximidade entre a ciência e a arte é um dado adquirido na teoria social. Os modelos de interpretação da profissão e das identidades em ciência em muito vinculam-se aos que regem a compreensão da profissão na arte (Borges e Delicado, 2010). Os discursos dos actores protagonistas de ambos os campos traduzem do seu quotidiano esta imbricação e os frutos que ela produz sobre os resultados da arte e da ciência. Todavia, os progressos do capital e das suas modalidades de imaterialização têm forçado cada área a uma quadratura específica através da qual a ciência é classificada como uma actividade necessária e directamente produtiva. Uma actividade sujeita a processos de trabalho de características tayloristas e fordistas e estranhamente assentes no desligamento entre autor (investigador) e obra. De um golpe apenas, o da crise endémica do capitalismo financeiro, a ciência tornou-se uma actividade administrada, cada vez mais encomendada e também ideologicamente conotada. Seguindo os passos de qualquer outro bem, a ciência e a investigação ficam hoje sujeitas a modos institucionalizados de controlo estrito do tempo. Estamos em plena rota do “capitalismo académico” (Slaughter e Leslie, 1997; Paraskeva, 2009), contando com as suas mais diversas modalidades e implicações.

Este texto sintetiza ideias fundamentais sobre a experiência do tempo na academia e nele colocaremos algumas questões acerca dos paradoxos principais notados nos modos de organização do tempo no trabalho académico e investigação. Temos em conta a intensificação dos ritmos de trabalho que se faz notar na implementação de sistemas

de controlo e de qualidade e de avaliação do desempenho. Em jogo está a passagem de um modelo de organização temporal assente na prerrogativa da realização da investigação “ **com** tempo”, para um modelo de trabalho em que a investigação se realiza “ **sem** tempo”. Uma passagem que é sinónimo de intensificação do trabalho em condições crescentemente precarizadas (Bianchetti e Machado, 2009), assim como paradigmas determinativos da investigação por critérios da sua utilidade política económica imediata. Tal fazendo lembrar uma crescente valorização da “investigação administrada” (Adorno, 1995) que, ao se apresentar como única, especialmente em momentos de crise, obtém conformismo e desdenha o debate teórico e a investigação fundamental, ou seja, acaba por propor o “reco da teoria” (Moraes, 2001). Sendo certo que esta inflexão entre temporalidades ocorre em momentos distintos, quando comparamos o Brasil e Portugal, verificamos que o caminho de racionalização do tempo, com implicações para a vida dos investigadores e professores (Robertson, 2009, Bianchetti, 2009) segue trilhos muito idênticos nos dois países, neles assentando um modo de estar (*habitus*) na academia e na investigação que se subsume na impossibilidade de “perder” tempo.

De forma geral, a tese principal acerca das características do tempo académico e de investigação (traduzidos também na temporalidade do conhecimento), segue uma linha argumentativa homóloga à que vigora na explicitação e caracterização das temporalidades individuais, impondo na análise os conceitos de incerteza, risco e ausência de futuro e de intervalo (Nowotny, 1992; 1996). E a abolição do intervalo traz a supressão do tempo de reflexão.

Tal como explica Szollos (2009), a relação dos sujeitos sociais com o tempo foi objecto de análise em inúmeras áreas disciplinares, tendo havido uma forte crença nos estudos quantitativos que tendem a vincular as actividades a um espaço de tempo. Todavia, como afirma o autor, estes estudos são pobres no que se refere ao entendimento da experiência subjectiva do tempo que se estende por várias categorias. É especialmente importante anotá-la no contexto da análise organizacional, tendo em conta o papel desempenhado pelas emoções na experiência quotidiana. Tal como propõem Smollan, Sayers e Matheny (2010), o ritmo das mudanças que ocorrem em contexto organizacional pode ter implicações sobre diversas esferas, incluindo a percepção do controlo e da justiça, da disponibilidade e formas de interacção, assim como o surgimento de reacções negativas.

Organizámos o texto seguindo uma linha de argumentação indutiva, que articula as abordagens teóricas e a reflexão com os dados recolhidos. Assim, dividimos o texto em três pontos principais. Primeiro apresentamos a metodologia utilizada. A seguir, desenvolvemos o enquadramento teórico e, em decorrência, desencadeando uma reflexão mais aprofundada sobre a mudança dos tempos de investigação.

1. Metodologia

O texto baseia-se em investigações realizadas pelos autores em Portugal e no Brasil versando sobre a população dos investigadores e professores nas universidades públicas. Estas investigações decorreram em contextos temporais distintos e seguiram metodologias específicas. Por isso, não permitem uma comparação estrita das situações.

O que fizemos foi reflectir sobre os dados que recolhemos nos dois contextos, tendo em conta enquadramentos produzidos acerca dos tempos e das temporalidades académicas. Com as pesquisas procurou-se estabelecer discussões e levantar questões que ajudassem na compreensão de como, no processo da atual globalização, foi instituído um padrão para a estruturação e o funcionamento da produção académica, com ênfase no nível de pós-graduação, em um processo que analisamos ser heterónimo à instituição universidade e ao trabalho daqueles que nela atuam como professores e investigadores.

No Brasil, os procedimentos de pesquisa incluíram entrevistas semi-abertas realizadas com investigadores brasileiros da área de educação – 74 entrevistados no período de 2006 a 2008 - e entrevistas com investigadores europeus, 16 entrevistados em 2009. Com relação à categoria administrativa das universidades onde atuam os entrevistados brasileiros, 33 pertencem a universidades federais, 14 a universidades estaduais e 28 atuam em universidades confessionais (católicas ou protestantes). Em sua maioria, os entrevistados europeus atuavam em universidades públicas, 14 deles, um em universidade confessional e outro em Centro Nacional de Pesquisa. A tabela abaixo traz uma breve caracterização dos entrevistados das pesquisas brasileiras:

Tabela 1 – Distribuição dos entrevistados por país/região, área de atuação e faixa etária

Local	Nº de Entrevistados	Região /País	Área de Atuação	Faixa etária			
				30/40	41/50	51/60	61/70
Brasil	74	09 Região Nordeste	74 Educação	30/40	41/50	51/60	61/70
		43 Região Sudeste			01	26	47
		22 Região Sul					
União Européia	16	01 Áustria 01 Inglaterra 04 França 01 Itália 02 Espanha 07 Portugal	07 Educação 04 Sociologia 02 Psicologia 01 Administração 01 Bioquímica 01 Linguística	02	03	05	06
Total	90	03 Regiões, 07 países		02	04	31	53

Em Portugal, os procedimentos de pesquisa incluíram entrevistas semi-abertas realizadas com investigadores portugueses. Cruzam-se resultados obtidos em duas pesquisas. A primeira realizada por nós entre 2003 e 2005, no âmbito de um projecto de pesquisa sobre usos e representações do tempo dos académicos. Incluiu a realização de 14 entrevistas a docentes universitários doutorados, distribuídos tal como indicamos a seguir, na tabela 2, todos da Universidade do Minho.

Tabela 2 – Caracterização da Amostra por Unidade e Departamento

Sexo	Idade	Unidade	Departamento/Área
F	19/09/1965 - 37 anos	EEG	Gestão e Administração Pública
M	21/10/1969 - 33 anos	ICS	Geografia
F	19/02/1955 - 47 anos	IEC	Ciências da Educação da Criança
M	08/07/1964 - 38 anos	EENG	Sistemas de Informação
F	Falta de dados	ECS	Escola de ciências da Saúde
F	14/04/1964 - 38 anos	IEP	Psicologia
M	05/05/1963 - 39 anos	EENG	Electrónica Industrial
M	28/02/1958 - 44 anos	ICS	Instituto de ciências Sociais
F	27/04/1967 - 37 anos	EEG	Gestão e Administração Pública
M	Falta de dados	ECS	Escola Ciências da Saúde
M	8 /01/1972 - 31 anos	ED	Presidência
M	10/02/1968 - 35 anos	EEG	Gestão e Administração Pública
F	03/12/1945 - 57 anos	IEC	Expressão Artística e Educação Física
F	16/04/1972 - 31 anos	EC	Matemática

Fonte: Albergaria (2006)

A segunda incluiu uma pesquisa de âmbito nacional incluindo investigadores de vários centros de investigação, com idades compreendidas entre 25 e 39 anos e na situação de “bolsseiros”, tal como indicado na tabela 3.

Tabela 3 - Entrevistados, segundo a área científica

Área Científica	Sexo do Inquirido		Total
	Masculino	Feminino	
Ciências Naturais	3	7	10
Ciências da Saúde	5	2	7
Ciências da Engenharia e Tecnologias	6	-	6
Artes e Humanidades	1	13	14
Ciências Sociais	4	13	17
Total	19	35	54

Fonte: Investigação publicada – Araújo e Pimenta (2008)

Incluimos também alguma reflexão sobre as diversas formas de mercantilização do conhecimento que estão em emergência em vários outros países, aproveitando para perceber como os teóricos, sobretudo na área da sociologia do trabalho, sociologia da ciência e sociologia das organizações perspectivam estas mudanças. Desse modo, procuramos manter uma linha ensaística e etnográfica em todo o texto, nele integrando, conforme a pertinência sociológica, excertos de diversas entrevistas realizadas no âmbito das investigações acima mencionadas. Acrescentamos, ainda informação que perpassam os nossos quotidianos de trabalho como investigadores e docentes.

2. Tempos académicos

Oili-Helena Ylijoki e Hans Mantyla (2003) identificam quatro perspectivas (ou tipos) de tempo prevalentes no quotidiano académico: o tempo “marcado” (linear e burocrático); o tempo “parado” (o da investigação e da reflexão, não possível de ser cronometrado), o tempo constricto (o tempo cada vez mais dividido entre muitas tarefas) e, finalmente, o tempo pessoal. O tempo marcado condensa todo o tipo de temporalidade rígida, pré-definida e antecipada. Trata-se do tempo definido externamente ao sujeito - o académico – e a ele imposto sob a forma de prazos e horários. Este tempo marcado é denso e, beneficiando das tecnologias de informação e de comunicação, impõe-se em qualquer outro espaço-tempo de forma persistente. O

tempo “parado” refere-se ao tempo transcendente, intemporal, aquele tempo inerente à imersão numa tarefa que se tem em mãos. Prende-se com a motivação e o entusiasmo, fascinação com que se faz a imersão no trabalho. Geralmente corresponde ao tempo de leituras e de escrita. Recolhemos um excerto que elucida as características deste tempo. Trata-se de uma investigadora e docente numa universidade em Portugal que fala sobre o facto de o trabalho académico tornar difícil a separação de fronteiras entre trabalho e não trabalho quando “o trabalho” lhe está entranhado no corpo e na alma:

“Agora o porquê que também não me agrada às 6 da tarde, ir para casa? Porque é incompatível a pessoa ter uma paixão pelo que está a fazer e ter um horário fixo, está a perceber? Porque é incompatível... porque se eu estou toda entusiasmada, por exemplo: a rapariga vai fazer isto e eu quero corrigir, eu sou capaz de às 6, toca o relógio e eu dizer: olha... tchau, agora passo o meu entusiasmo a corrigir para amanhã de manhã (...) ou a pessoa diz: “estou ansiosa que chegue às seis”, ou então diz. ”eh pá, quero lá saber que chegue às seis agora estou a ver isto”. (Portugal)

Este tempo “intemporal” baseia-se na autonomia e na liberdade académica, pelo que implica grande concentração e longos períodos de trabalho. Devido aos constrangimentos do tempo marcado, os académicos (neste caso) pouco podem usufruir do tempo “parado”. Assim, para muitos, esse tempo é tido como um ideal a ser realizado no futuro. O tempo “constrito” refere-se à perspectiva de tempo que inclui, por exemplo, o tempo dos contratos que apela à necessidade de mostrarem produtividade e competência. O tempo pessoal refere-se ao tempo de vida. Inclui o tempo de trabalho, mas envolve o tempo não utilizado em actividades relacionadas com o trabalho académico. Inclui-se nele o tempo familiar e o tempo livre.

Adam (2005) afirma que o tempo social da “modernização” tende a ser naturalizado. A autora acrescenta que o tempo social tende a inscrever-se na realidade não questionada e tomada como garantida.

Marx escrevia n’o *Capital* que os homens pouco valiam na sociedade industrial emergente, pois o tempo era tudo o que contava, que eles mais não seriam do que a carcaça deste. Durante mais de um século, aquela máxima integrou os repertórios da luta sindical. Em vários países, a presença dos movimentos sociais levou a mudanças profundas na organização dos tempos de trabalho. Muito além de se ter zelado pela

divisória inviolável entre tempo livre e tempo ocupado, os Estados Sociais envolveram-se, particularmente, numa busca persistente pelo reconhecimento do valor do tempo e, fundamentalmente, pelo valor do tempo de vida, nas suas diversas esferas. São exemplos as numerosas mudanças legislativas sobre o direito a férias, estipulação da duração dos contratos, salvaguarda das expectativas, entre vários outros. Houve até autores centrados no estudo de realidades ocidentais que acreditaram no fim do trabalho e na emergência de uma sociedade do lazer.

O certo é que falamos de todo um caminho que acabou por ser percorrido, a par e passo, com a progressiva aceleração dos ritmos de trabalho, controlo do “desperdício” de tempo e dessincronização dos ritmos de vida individuais e familiares. As teses sobre a mudança social vincam, designadamente, a concomitância destes processos com a emergência e consolidação da *sociedade baseada no conhecimento*. Esta, além de tudo mais, é globalizada e transnacional, movida pelos parâmetros da produtividade e da comercialização de bens materiais e, também, crescentemente, imateriais. Uma sociedade, cujo modelo de produção está poderosa e estritamente centrado na eliminação de desperdícios de tempo. Uma sociedade em que a própria transformação do trabalho – de material e directamente produtivo para imaterial, intelectual e informacional – *justifica* a ruptura de fronteiras espaço-temporais entre espaço-tempo livre e espaço-tempo ocupado, assim como a progressiva instalação de ritmos e estilos de vida assíncronos e móveis. Hoje continuamos com uma sociedade, cuja organização social assenta na máxima exploração do tempo. Do tempo físico e do tempo existencial, biográfico e humano

Musselin (2007: 2) descreve e analisa as mudanças mais notórias na academia e no trabalho académico. A autora argumenta que a introdução de sistemas de avaliação, a semiprivatização das universidades e a criação de unidades de investigação altamente prestigiadas têm trazido mudanças muito significativas nos conteúdos das tarefas a desenvolver pelos investigadores. Conclui, citando Hankel (2009), ter havido uma acelerada e crescente desqualificação dos académicos, manifesta no declínio do prestígio e no abaixamento do vencimento. Tal como enuncia a autora, as actividades académicas são cada vez mais diversas e múltiplas. São também significativamente distintas daquelas que tradicionalmente se assumiram como fundamentais: a investigação e a leccionação. Com efeito, a avaliação do desempenho proposta aos académicos hoje passa muito intensamente pela sua capacidade de *marketing*, pela

capacidade de fazer entrar dinheiro na universidade, através de projectos e consultoria. Musselin é clara: as actividades relacionadas com a proposição de projectos, desenvolvimento de contratos, condução de programas *e-learning*, envolvimento em processos de transferência de conhecimento, gestão de ciência e tecnologia, entre outras, são altamente valorizadas. São centrais na avaliação curricular e começam a ser condições e requisitos para a contratação.

O que se passa é que os modelos de produção e disseminação do conhecimento estão hoje assumidamente orientados pelos paradigmas neo-liberais. Entre outras, estes possuem a particularidade de produzirem realidades, processos, culturas isomórficas, quase idênticas e independentes dos contextos culturais e das ideologias políticas caracterizadoras dos modos de governo. Numa palavra, paradigmas que aspiram a ser globais, procedendo sob o princípio da existência de uma avaliação num espaço de competição global. Tal como dissemos acima, uma das características do neo-liberalismo aplicado ao conhecimento é a consideração deste como um bem comercializável, sujeito às leis da oferta e da procura, cuja dinâmica resulta, também, da sua capacidade de se *fazer notar* como *necessário* e *útil* à sociedade. Esta tendência, afecta profundamente os modelos de organização das universidades e centros de investigação. Com efeito, estes incorporam, cada vez mais, sistemas sofisticados de controlo dos processos de trabalho, assim como modelos de avaliação do desempenho que conferem importância elevada à internacionalização de resultados de investigação e ao número de estudantes e/ou investigadores envolvidos. É interessante notar que esta óptica gestionária, centrada na avaliação de objectivos e no controlo estrito do tempo, não confere um estatuto privilegiado ao tempo “ocupado”.

Paradoxalmente, mas entendível à luz da imaterialização dos processos de trabalho, assim como às metodologias de avaliação, o controlo do tempo e o aumento da aceleração nas respostas solicitadas aos investigadores e docentes dão-se através de um processo mais insidioso. Isto é, por meio do controlo do tempo “não ocupado”. Trata-se de uma zona de poder do próprio modelo de organização capitalista.

3. A importância do tempo não quantificável para o capitalismo académico

No contexto do trabalho académico e de investigação, assim como de profissões ligadas directamente à educação, o controlo do tempo “não quantificável” é potenciado

pela introdução de meios tecnológicos de informação e comunicação nos próprios processos de trabalho, cuja execução não demanda um horário e um espaço fixos. Resumidamente, acontece que as tecnocracias técnicas, informáticas e contabilísticas penetram os sistemas de organização do tempo, gerando modelos de organização, à partida, tão estandardizados e flexíveis que se “oferecem” a ser operacionalizados em qualquer espaço-tempo. Gradualmente, são os próprios sujeitos deste poder (os alunos, os docentes e outros) que colaboram com o sistema aparentemente eficaz, mas insidiosa e “suavemente” colonizador do tempo “livre” e do tempo “não ocupado”. Deixa-se à mercê da competência e do mérito de cada um a busca de mais tempo para corresponder com qualidade às demandas de carreira. Descendo ao universo quotidiano do trabalho de investigação e de ensino nas universidades, encontramos um número crescente de situações que mostram a importância que tem para a gestão capitalista do conhecimento não quantificar o tempo.

Podíamos mencionar as mudanças na carreira académica e nos estatutos do investigador e do professor, acompanhados de elevada precariedade contratual oferecida ao sistema extremamente competitivo, aberto internacionalmente, assim como da pressão para a atracção de alunos e controlo dos cursos com base na sua empregabilidade. Mas, retenhamos, sobretudo, alguns processos em curso, perfeitamente legais por um lado, mas com equívocos, por outro, provocando aumento da disponibilidade de tempo: as orientações de tutórias de alunos não contabilizadas nos programas formais, a redução drástica das horas de atendimento, não compatíveis com as horas que objectivamente os alunos necessitam, a implementação de sistemas sofisticados de controlo de presenças, sumários e registo de interacções alunos-professor, a não contagem objectiva do tempo para a investigação, não obstante a sua avaliação periódica e extremamente orientada por critérios de ordem quantitativa.

Tais exemplos mostram que o olhar sociológico deverá estar hoje voltado, não para o tempo que se quantifica. Antes pelo contrário, deve estar centrado no tempo que não se quantifica, aquele que aparentemente não se submete a controlo. É nesta zona de liberdade que encontramos surpreendentes elementos caracterizadores dos modelos político-económicos em que nos movemos, particularmente em contextos não usualmente endereçados pela avaliação: depois de tudo, a avaliação do desempenho individual e colectivo conta, não com o tempo objectivo e quantificado, mas com o tempo opaco, deixado ao interesse e à iniciativa, ao zelo do sujeito. É o que nos diz um

investigador espanhol que mostra como se materializa a aceleração, através da impressão constante de que alguma coisa escapa. Isso sinaliza a naturalidade com que os investigadores consideram não terem tempo para fazer tudo, que o tempo escapa, que não são, afinal, donos do tempo, que estão *despossuídos*, não só do tempo formalmente considerado “ocupado”, mas de todo o restante.

“O tempo é muito mais denso e intenso e a impressão que se tem é de que o tempo escapa e de não fazermos bem o próprio trabalho por falta de tempo. Esta impressão é cada vez mais forte (...). O computador, em casa, permite teletrabalhar de dia e de noite, fazer mais trabalhos e trabalhar mais e melhor, porém com custos à qualidade de vida pessoal”. (Brasil)

Menzies e Newsen expunham, em 2007, um quadro interpretativo muito elucidativo sobre a progressiva dominação do tempo pelo trabalho. Em muito, ele relaciona-se com a abordagem que fazemos neste artigo, a propósito da entrada gradual do trabalho sobre o tempo livre, embora ainda de forma camuflada e não quantificável. As autoras afirmam que os académicos estão sem tempo para pensar e para criar realmente. Segundo as autoras, ao analisarem o contexto académico canadiano, lugar onde se tem verificado um dos fenómenos mais expressivos de objectivação da dominação do tempo, os académicos estão confrontados com cada vez mais demandas que entram em conflito de tempo e de prazos. Ao munirem-se de tecnologias cada vez mais avançadas, como forma de escapar a esses conflitos ou evitá-los, acabam por gerar ainda mais escassez de tempo. É importante pensar, sobretudo, no que as autoras dizem quando frisam que esta pressão sobre o tempo é uma parte integrante dos regimes temporais das universidades e das organizações de conhecimento que, deste modo, ficam posicionadas na “economia global” (Menzies e Newson, 2007). É certo que podemos antecipar a fragilidade e o possível colapso deste sistema formado de múltiplas e desencontradas temporalidades, justamente porque não é sustentável, não encontra bases suficientemente sólidas nas temporalidades humanas e ambientais (Hope, 2006). Todavia, é sobre ele que o sistema se desenvolve, acompanhado da convicção da impossibilidade de acção individual.

4. O intelectual orgânico

De um lado há uma forte indução para que os académicos façam aquilo que apenas pode ser quantificado e contribua com índices (Waters, 2006). De outro, a partir de uma perspectiva gramsciana, esta forma de gerir a investigação, produtividade que exige e competitividade que desencadeia, está a fazer com que cada investigador seja induzido a ser um ‘intelectual orgânico’ do seu próprio *curriculum*. Os espaços de trabalho são marcados por “surto competitivo” (Bianchetti e Machado, 2009) em que a competição e a vigilância sobre a produção de outros académicos instala-se também por dentro das interacções e das relações sociais.

Trata-se de um *habitus* profundamente auto-disciplinador e hetero-vigilante, de resto desejado pelos próprios sistemas de avaliação propostos pelas tecnocracias do tempo marcado. Além das conhecidas ramificações deste *habitus* no comportamento inter - relacional, traduzido no aumento dos fenómenos de assédio laboral e saneamento simbólico, há a frisar, para o contexto desta comunicação, os efeitos sobre as temporalidades biológicas e ritmos fisiológicos que surgem alterados e extenuados da sua função natural. Não há estatísticas que o provém, nem politicamente o assunto ocupa discussão. O certo é que os espaços académicos acabam por produzir *cocktails* explosivos, de alcance individual e colectivo e que importa prever, em especial no que respeita a potenciais implicações neurológicas e fisiológicas. Por tratar-se de assumir que o caminho que se percorre inscreve-se no desapossamento do tempo, pensamos ser relevante citar Fitzpatrick cuja leitura nos permite antecipar que efeitos se podem prever da inunção de regras de controlo do tempo sobre duas componentes do trabalho académico: a investigação e a “educação”:

“The time of capitalism is also commodified (Wilson, 1999). The extent to which modern societies have abstracted themselves from natural or seasonal time is well documented; this does not mean that the natural and the social have become detached, merely that the social reads the natural as an externalized reflection of itself (Elias, 1992). (...) As the quantification and measurement of time has become more precise, so we have become less the agents who embody time and more the subjects that commodified time embodies. Therefore, time becomes configured with commodity values, for example the reified injunction to use time productively so that

it is not wasted. And as units of time shrink the pace of their passing seems to accelerate, leading to a premature decrepitude as our consciousness of time becomes senile, speeding beyond our capacity to assimilate the everyday (Fitzpatrick, 2004: 202)”.

5. Outras colonizações

Os dados recolhidos junto aos investigadores, docentes em universidades, apontam, predominantemente, para prejuízos na produção qualificada do conhecimento advindos das formas de controlo baseadas em critérios quantitativos. No contexto brasileiro, é certo que as manifestações, seja nas entrevistas, seja nas publicações, convergem no sentido de que ninguém é contra este controlo. Porém discordam da forma como é realizado e, principalmente, os critérios utilizados e a invasão dos espaços sociais para atingir estes critérios, tão homogêneos, desconsiderando a heterogeneidade das áreas¹.

Com efeito, a produtividade, a competição, o produtivismo, o *burnout*, as doenças do trabalho, a sobrecarga, a intensificação, a angústia, o barateamento da formação, a mediocrização, as classificações, o *ranking*, a punição, o *lattes*², a pressão, a publicação, o ISI; a *qualis*, o *impact factor*, o cansaço, desconforto, doença, *stress*, redução de tempo, Tempo Médio de Titulação (TMT) entre outras, são palavras ou expressões que frequentam cada vez com mais intensidade o universo vocabular de académicos. Constituem o seu reportório de justificação e legitimação as afirmações “não sei para onde me viro”; “tenho tanta coisa para fazer”, “não aguento mais”. Atentemos num excerto de um investigador na área da Engenharia:

“O que eu sinto é que ando saturado, ando cansado porque há sempre coisinhas, então as coisas vão ficando sempre para a última hora. Mas saber dizer não às coisas, saber adiar as coisas ou saber não pegar nas coisas é uma atitude

1 Em termos de bibliografia, exemplar é o texto: “A avaliação *defensiva* no modelo CAPES de avaliação. É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado?” (Sguissardi, 2006).

2 Referência à “Plataforma Lattes” (em homenagem ao físico brasileiro Cesare G. Lattes), na qual estão abrigados os currículos dos investigadores brasileiros e outros que desenvolvem projectos conjuntos com estes.

importante. (...) Normalmente, é muito raro o dia de sair às cinco e meia, normalmente saio às sete e meia, oito e meia, nove horas. Ainda levo trabalho para fazer em casa e em casa você ainda está pensando nas coisas que tem de fazer e... anota e...”. (Portugal)

Trata-se de um posicionamento articulado em redor da escassez do tempo elegantemente paralela à acção gestonária que reforça o envio de pedidos por *e-mail*, intensifica a visibilidade do erro no espaço das redes sociais, apela ao zelo e ao bem colectivo e reitera, com recurso recorrente a um projecto colectivo (sempre dito na primeira pessoa do plural – *nós*) uma crença inexorável na imaterialização dos processos e seu controlo electrónico que se crêem “rigorosos”, “relevantes” e “fiáveis” (notas de campo). No fundo, podemos conceptualizar estes processos de “solicitação” do tempo do investigador e do docente como processos de “colonização do mundo da vida” (Habermas (1988). E, tal como propõe Brand, estes processos implicam assumir que vários elementos da reprodução social, da integração social e da socialização estão ameaçados. Diz o autor que “há uma perda de sentido ao nível da reprodução, anomia ao nível da integração social e patologias, ao nível da socialização” (Brand, 1986: 48). Do ponto de vista individual quando se analisa o ritmo biológico, as características e as peculiaridades dos académicos parece que os saberes tácitos e as sociabilidades são os elementos sacrificados no altar da produtividade.

“Ah, meu Deus, tanta coisa...mal me lembro do meu aniversário. (risos) (...) Tratar-me bem, não quer dizer...sei lá...ler um livro, passear... isso é o que eu não faço em absoluto, percebe? (...) praticamente não leio nada que não seja científico (...) ando sempre com os cabelos assim...”.(Portugal)

Este processo está a tornar-se tão generalizado, tão universal que a academia, a universidade está a ser submetida ao mesmo ritmo das empresas, com repercussões tanto na produção do conhecimento, quanto na qualidade de vida daqueles que trabalham nessa instituição. As teorizações e pesquisas de Schwartz (2003) ganham sentido ao tratar do “uso de si para si” e do “uso de si pelo outro”, através do controlo sobre o tempo. O tempo do quotidiano e o tempo biográfico. As entrevistas que realizamos a investigadores neste momento com bolsas de investigação e com

nenhumas ou poucas expectativas de virem a ingressar na carreira acadêmica, a não ser com contratos muito precários, demonstram este estado da experiência de desapossamento do tempo:

“Não próximo ano, não sei. Para já, a minha situação ainda não é muito estável aqui, o instituto está a mudar muito, não sei o que é que vai acontecer, mas também prefiro não me preocupar muito. Quer dizer uma pessoa acaba por aprender a viver com esta inconstância e com esta...E depois acho que também acho outras coisas para fazer, portanto eu tenho quarenta e três anos, não sei se tiver de começar outra carreira diferente... se calhar não sei fazer outra coisa (risos), mas não sei, pode ter de acontecer ainda....” (Portugal)

“Como há muita pressão, que uma pessoa nunca sabe se vai ter bolsa ou não, há sempre tendência para trabalhar demais. Por exemplo, eu agora no final de 2007 vou ficar sem bolsa, tenho por aí 6 a 7 artigos para escrever, se o meu trabalho fosse contínuo ia-os escrevendo e tou a tentar escrever uma data deles até ao fim do doutoramento. Porque depois, quando abrir as bolsas de pós-doutoramento, já em fevereiro, eu já poder concorrer com um currículo muito melhor e nesse sentido a pessoas às vezes salta fins-de-semana. Por exemplo, este ano não fiz férias, vou fazer as férias a partir do momento em que já não adianta mandar os artigos porque eles saem antes dos concursos da FCT”. (Portugal)

Esta é a realidade de quem faz do tempo de estudo tempo de trabalho. Porém, a realidade daqueles que estão com carreiras estabilizadas não é diferente. Em outra investigação, com docentes e orientadores de pós-graduandos, explicitavam assim dois entrevistados:

“Estamos vivendo um tempo em que o sábado ainda é sexta-feira e o domingo já é segunda-feira”. (Brasil)

“ (...) acontece mais ao contrário, eu estar por exemplo aqui às oito horas numa sexta-feira e achar que eu devia estar era me divertindo ... muitas vezes eu saio daqui e lembro-me disso e...às vezes saio daqui às nove e meia da noite e a

quantidade de carros na rua... as pessoas não estão vindo do trabalho estão se divertindo...e tal... eu acho que quem quer isto aqui é realmente para quem... quem tem um curso superior e ganha mais por isso não pode ter um horário fixo, se tem trabalho faz se não tem não faz...”. (Portugal)

Duas ideias são imperativas para perceber os tempos académicos hoje, basicamente sustentados pelos tempos da produção de indicadores quantificáveis:

Em primeiro lugar, os tempos da investigação que sustentam a carreira e os percursos de um académico – docente e/ou investigador – são de domínio, quase exclusivo, de tecnocracias especialistas na métrica do “tempo marcado” (Ylijoki e Mantyla, 2003), burocrático e linear assentado aparentemente no tempo-relógio. Para estas, a produção científica é algo externo e manipulável. Waters (2006) é enfático ao afirmar que os gestores tomaram conta da dinâmica universitária. De um lado, responsabiliza-os pela imposição de um ritmo ‘empresarial’ à universidade, de outro, não poupa críticas aos investigadores pela supremacia desse *status quo*, segundo o autor, em função da aceitação, da acomodação que favorece essa subsunção da atividade académica ao ritmo empresarial.

Em segundo lugar, verifica-se um progressivo distanciamento entre investigadores seniores com contrato estável e investigadores juniores, sem contrato ou com situações precárias que os deixam vulneráveis à colonização do tempo não ocupado, tanto o tempo constricto como o tempo pessoal. Com efeito, a pesquisa para a dissertação de mestrado de Mattos (2007) e a continuidade da investigação no doutorado comprovam, conforme a investigação de Beaud e Pialoux (1999) na França, entre operários e com similitudes também no Brasil e de Araújo e Pimenta (2009), em Portugal, o estreitamento das opções de trabalho, que conduz os novos investigadores à procura da sobrevivência em mercados caracterizados pelo signo da precariedade.

Ylijoki (2010) coloca, aliás, um problema fundamental na actualidade: as implicações para as identidades profissionais, assim como para o perfil das áreas de investigação, da crescente contratação de docentes e investigadores a contratos a termo certo e de curta duração. A investigadora, que tem uma longa trajectória na análise das mudanças verificadas nos regimes temporais das universidades, assinala a existência e a revalência de modos de perspectivar o futuro que acentuam a incerteza, o centramento no presente e a necessidade de planear a vida degrau a degrau. Bauman (2007:16), ao

discutir o que chama de “vida líquido-moderna”, analisa que o terreno sobre o qual as expectativas de vida se assentam na atualidade é “reconhecidamente instável”. E exemplifica: os empregos, as empresas que os oferecem, os parceiros, as redes de amizade, a posição na sociedade mais ampla e a auto-estima e a autoconfiança que geram. Segundo o autor, é como se tivéssemos saído de um “otimismo radical e uma promessa de felicidade universalmente compartilhada e permanente” para o pólo oposto representado pela ameaça de uma mudança “inexorável e inescapável” que traz como presságio “a crise e a tensão e impede que haja um momento de descanso (2007:17)”.

Incapazes de modificar ou reduzir o ritmo da mudança, os acadêmicos organizam os universos das práticas quotidianas orientados para a satisfação de demandas no presente. E estas estão relacionadas com a concretização de tarefas relacionadas e com a docência (cada vez mais regulada pelos tecnocratas do tempo marcado justificando as suas exigências pela necessidade de gerar e manter a qualidade). O tempo da/para a investigação, tal como tem vindo a ser evidenciado por outros autores noutros contextos (Sguissardi e Silva Jr, 2009) é relegado para espaços-tempo de outras esferas da vida não institucionalmente reguláveis.

Não falamos agora apenas da emergência da tecnocracia do tempo marcado na investigação que tende reivindicar a inércia dos investigadores por não contribuírem directamente com produtos potencialmente objecto de circulação no mercado. Falamos também das carreiras na ciência. Estas estão a tornar-se cada vez mais desinstitucionalizadas e objecto de responsabilização individual. Estão-se a transformar mais em itinerários - usando o conceito de Monchatre (2007: 472) - tanto que são organizadas ao longo de uma sequência do tempo específico determinada institucionalmente e estão mais dependentes do indivíduo. Trata-se de actividades que incorporam a *necessidade* de mobilidade e de deslocação (Harvey, 2002). Tal como Moore explicitava, uma carreira implica um conjunto de pressupostos alicerçados em intervalos e fases que conferem aos indivíduos uma expectativa, uma possibilidade de garantir segurança ontológica e experiencial ao longo do tempo biográfico. Mas não é essa a realidade. Neste plano os indivíduos parecem dar um *chuto* constante ao futuro:

“O futuro depende das condições que entretanto surjam. A posição que eu tenho enquanto investigador para já não é permanente. O futuro depende de haver continuidade. Se não houver continuidade haver oportunidades disponíveis. A gente

tem estes contratos de cinco anos e não sabe muito bem o que vai fazer quando isto chegar ao fim, mas na altura a gente pensa nisso”. (Portugal)

Com apoio nos estudos de Charlot e Glasman (1999: 23) poderíamos afirmar que os sujeitos devem construir-se em um mundo que se quer “fluido’, flexível, intersticial, pensável em termos de fluxos e de redes”. Os autores analisam que “a identidade social e profissional não é mais proposta através de figuras identificatórias que ilustram as diferentes fases de uma vida no trabalho”, mas deve ser elaborada ao longo das ‘oportunidades’ que os sujeitos encontram no percurso. No entanto, os autores fazem uma ressalva e um alerta: a aventura é uma viagem sem bússola, no meio de obstáculos. Parafraçando Hobsbawm (1996), estamos vivendo um tempo no qual o mapa e o território não coincidem mais.

Ao ser transformada em itinerário, ainda que regulada estatutariamente, a actividade de investigação assume a classificação de actividade “de risco” e, portanto, sem contexto para a reivindicação de uma duração. Com a penetração do discurso da crise e da ausência de perspectivas, assiste-se à naturalização desta representação. Os investigadores e docentes interiorizam a necessidade de ultrapassarem os critérios propostos pelos modelos de avaliação, em ordem a apresentar uma situação favorável nos potenciais recrutamentos e /ou concursos. Estamos em presença de um processo em que a naturalização é forçada e reforçada pelo recurso a um discurso poderoso que assinala a necessidade de mudança e a impossibilidade de ser de outra forma, dada a escassez de recursos e dada a inexorável globalização. Mészáros (2007) talvez seja dos neo-marxistas quem explicita com mais clareza esta problemática, ao afirmar que:

“O carácter único do sistema do capital é manifesto no imperativo estrutural de ‘crescer inexoravelmente ou perecer’. Nenhum outro sistema de reprodução sociometabólica em toda a história humana jamais teve qualquer coisa semelhante a essa determinação interna – extremamente problemática – do capital. Essa determinação estrutural também revela a completa falácia socialmente autovantajosa de deturpar a ordem reprodutiva do capital apresentando-a como *regra universal* intransponível, arbitrariamente projetada para trás, em direção ao longo passado histórico, e para frente, rumo a um futuro capitalista eternizado. Uma regra universal decretada de forma arbitrária e para a qual,

conforme o lema bem conhecido dos apologistas do sistema, ‘não pode haver alternativa’, é claro” (p. 334).

A pressão para publicar constitui, por um lado, o foco mais manifesto da tecnocracia do tempo marcado e, por outro, da ausência de tempo pessoal, para a reflexão e maturação de ideias inovadoras ou seja do tempo parado. O excerto seguinte demonstra este estado de conflito interno e identitário:

“Eu não sinto tanto, mas, por exemplo, nas publicações já sinto um pouco mais, já sinto que realmente há uma pressão para publicar e que eu acho que é importante publicar o nosso trabalho, não faz sentido fazer de outra maneira, eu sinto isso quando veja se não houver artigos sobre este tema que me interessa, eu não consigo saber se há investigações, se a minha área é original ou não, em que medida há investigações similares, publicações essenciais. O problema é que o tempo também não é como a gente gostaria e às vezes a conjugação da docência com a investigação é complexa, é uma conjugação que a meu ver faz todo sentido, é ótima, é muito importante para melhorar qualquer das actividades, mas em termos de tempo, às vezes é complicado. É muito complicado conseguir fazer isto tudo, conseguir fazer projectos, conseguir dar aulas com Bolonha e acompanhar os alunos, porque Bolonha é ter um sistema mais de tutoria e eu acho que isso faz todo o sentido, turmas de 40 alunos e não é nada comparado com colegas aí que tem 80 ou 90, não funciona. Não dá, é muito difícil de organizar, fazer isso e depois ao mesmo tempo publicar, que é uma coisa que ainda leva sempre muito tempo, pelo menos a parte da escrita, para mim é que consome muito tempo”. (Portugal)

Outro entrevistado, além da pressão relacionada ao tempo para publicar, agrega outro fator de stress, que é a questão da competição por produtividade:

“A gente é prisioneira de uma temporalidade, prisioneira de uma produtividade, prisioneira de um fluxo, e aquilo que é o próprio exercício da construção teórica, da construção do pensamento, que tem totalmente outro tempo, porque é o tempo da criação, hoje em dia isso não existe. Então a gente tem um carácter mais de

engenharia, temos que obedecer a um fluxo (...) Estamos submetidos a uma política duríssima. A guerra da produtividade ...”.(Brasil)

Como é possível perceber, além do tempo da produção, da leitura, da pesquisa, da elaboração, da preparação do artigo, do texto, enfim, daquilo que vai ou se pretende ou, melhor dizendo, se necessita publicar, há também o tempo adequado para esta publicação ser veiculada, socializada. Não pode ser antes e nem depois de um certo *timing*. Não é interessante antecipar-se com algo que ainda não se esgotou, em termos de preparação qualificada e nem depois, uma vez que outros em espaços-tempos diferentes podem estar pesquisado na mesma direção e serem mais ágeis na socialização dos seus achados. Ocorre que este fator implica nos recursos para a veiculação, nos meios para a socialização e nem sempre essas temporalidades, disponibilidade e necessidade de veicular, estão sincronizadas. Os acadêmicos estão a desenvolver estratégias para poderem conciliar o tempo marcado e constricto com o tempo pessoal, conforme depoimento de uma investigadora, na procura de separar espaços cada vez mais permeáveis:

“ (...) porque a família também não pode sofrer por causa disso e, muitas vezes, até tendo algumas coisas que até sei que precisava de fazer, chega a sábado de manhã, faço saco para mim e para o meu marido e ala para fora de casa! Nem que seja aqui a dois passos, mas metermo-nos num sítio qualquer fora de casa, porque dentro de casa uma pessoa já sabe que acaba por ir sentar-se ao computador para fazer umas coisas. Muitas vezes, quando é isso e tenho coisas que quero avançar, levo comigo, mas nessa altura não tenho remorsos, porque não tenho o sentimento de ir prejudicar o fim-de-semana por causa disso, sei lá: tenho testes para corrigir, tenho trabalhos dos alunos para ver, meto-os numa pasta e... (Portugal)

Este depoimento, e muitos outros com o mesmo teor, remetem a reflexão sobre formas de controle neste “mundo opaco e instável” como nos diz Bauman (2007). O esforço e a concentração parecem voltar-se para o que é possível, às ações que ainda acredita-se poder controlar e assim, como um simulacro, recuperar o tempo pessoal. Para Schwartz (2003), ao analisar as condições em que o trabalho e as atividades são realizadas, a vida no trabalho permite a troca de saberes, as experimentações e os

profissionais trazem em si a capacidade para a transgressão assim como para a superação das dificuldades imprevistas, o que o autor denomina “brechas das normas”. O autor acredita que sempre há a possibilidade da transgressão pois o trabalho é um universo de microtransgressões, o espaço para questionar o prescrito.

Conclusão

Até poucas décadas, a questão do tempo acelerado era algo afeto ao mundo do trabalho, no interior das empresas, particularmente relacionado a um ritmo ditado por mecanismos externos, cuja materialização “tipo ideal” era a “esteira rolante”. Com o passar do tempo o taylorismo invade outros espaços-tempos e a universidade não fica imune. Uma das características básicas dos novos tempos é que os mecanismos aceleradores, os mecanismos de controlo ‘migram’ para dentro de cada comunidade académica – para ficar na nossa temática – e para o interior de cada indivíduo. Sennett (2006) ao analisar este movimento fala em um “novo capitalismo” agora mais globalizado e invadindo o espaço da cultura, com manifestações no interior do sistema educativo em aspectos que Slaughter e Rhoades (2004) denominam de *Academic Capitalism*³, que transforma tudo em mercadorias intercambiáveis, desde o trabalho dos académicos, até suas produções em forma de investigações, *papers*, livros, comunicações, entre outros.

Ao iniciar o texto fizemos referência a Paquot e sua crença na necessidade de cada um ser dono do seu tempo, como (pré)condição para a “originalidade da obra”. Ao confrontar com a realidade de trabalho vivenciada pelos académicos que participaram das nossas pesquisas, no Brasil e União Européia e, dentro dela, mais especificamente, Portugal, esta crença é impactada com relatos de um tempo de trabalho fortemente marcado e constricto. As afirmações “*é preciso fazer cada vez mais e mais depressa*”, “*o tempo escapa e não fazemos bem o nosso trabalho por falta de tempo*”; “*os tempos de trabalho e de lazer se fundem*” perpassam seus depoimentos. Da mesma forma como muitos outros trabalhadores que passaram por mudanças radicais na organização do seu trabalho, os investigadores e docentes que atuam na pós-graduação também veem seu trabalho modificar-se.

³Ver a este respeito a coletânea organizada por Paraskeva (2009).

Este texto teve um carácter reflexivo, regulado por um olhar atento sobre a realidade do mundo académico hoje e suas transformações. Procurámos evidenciar os principais argumentos que aliam a vigência do capitalismo académico à emergência de outras formas de controlo e de colonização do tempo ainda muito estranhas aos universos académicos.

Em síntese, sustentamos a ideia de que as universidades e a academia constituem hoje campos concretos de choque de temporalidades e de tempos reflectidos sobre a vida quotidiana.

Bibliografia

- Adam, Barbara (1995), *Timewatch*, The social analysis of time, Cambridge, Polity.
- Albergaria, Ana (2006), *Discursos do tempo sentido.*, Universidade do Porto, FLUP; Tese de Mestrado (não publicada).
- Adorno, Theodor (1995), *Educação e Emancipação*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Araújo, Emília (2010), “Contributos para pensar indicadores de carreira científica”. Disponível em:
<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11610/4/Carreiras%20na%20investiga%C3%A7%C3%A3oF.pdf> (23, Julho, 2011)
- Araújo, Emília (2010), “Quase diabólico- Elementos para a compreensão das carreiras de investigação hoje”. Disponível em:
<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11650/5/Carreiras%2c%20tempo%20e%20investiga%C3%A7%C3%A3oP.pdf>
- Arendt, H. (1993), *A condição humana*. 6 ed. São Paulo e Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- Bauman, Z. (2007). *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- Beaud, S. et Pialoux, M.(1999), *Retour sur la condition ouvrière: Enquête aux Usines Peugeot de Sochaux-Montbéliard*, Paris, Fayard, 1999..
- Bianchetti, L.; Machado, A. M. N.(2009), *Trabalho docente no stricto sensu*. Publicar ou morrer?! in Fidalgo, F. S. et al (Orgs.), *A intensificação do trabalho docente*, Tecnologias e produtividade, Campinas, SP, Papirus.
- Borges, Vera, Delicado, Ana (2010), “Discípulos de Apolo e de Minerva: Vocações Artísticas e Científicas”, in Delicado, Ana; Borges, Vera; Dix, Steffen (Eds.), *Profissão e Vocação* (pp. 209-245), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais
- Bourdieu, P. (2005), *O poder simbólico*, 8 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- Brand, Arie (1986), "Colonization of the Lifeworld" and the Disappearance of Politics — Arendt and Habermas”, *Thesis Eleven*, 13: 2-4
- Charlot, B.; Glasman, D. (Coord.). (1999), *Les jeunes, L’insertion, L’emploi*. 2^a ed. Paris, PUF.
- Fitzpatrick, J. (2004), “Social Policy and Time”, *Time & Society*, 13, 2/3, 197–219.
- Habermas, J. (1988), *Teoria de la accion comunicativa: tomo II, critica de la razón funcionalista*, Madrid, Taurus.
- Harvey, D. (2002), *Condição pós-moderna*, São Paulo, Loyola.
- Henkel, M. (2000), *Academic Identities and Policy Change in Higher Education*, London e Philadelphia, Jessica Kingsley.
- Hobsbawm, E. (1996), *A era dos extremos, O breve século XX. 1914-1991*, São Paulo, Companhia das Letras.

- Hope, W. (2006) “Global Capitalism and the Critique of Real Time”, *Time & Society*; 15, 2-3, 275-302.
- Mattos, V. de B. (2007), Pós-graduação em tempos de precarização do trabalho. Um estudo sobre o alongamento da escolarização entre os mestrados da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Florianópolis, Programa de Pós-graduação em Educação da UFSC, Dissertação.
- Menzies, H. e Newsen, J. (2007), “No time to think”, *Time & Society*, 16, 1, 83-98
- Mészáros, István (2007), O desafio e o fardo do tempo histórico, São Paulo, Boitempo.
- Monchatre, S. (2007), “From careers to itineraries... all the way through the notion of competence”, *Sociologie Du Travail*, 49,4,472-488.
- Moraes, M. C.M. (2001), “Recuo da teoria: dilemas da pesquisa em educação”, *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, PT, v. 14, n. 1.
- Musselin, Christine (2007), The transformation of academic work: facts and analysis. Disponível em: <http://cshe.berkeley.edu/publications/docs/ROP.Musselin.4.07.pdf> [23 Julho de 2001]
- Nowotny, Helga (1992), “Time and Social Theory: Towards a Social Theory of Time”, *Time & Society*, 1, 421-54.
- Nowotny, Helga (1996), Time the modern and postmodern experience, Cambridge, Polity.
- Paquot, T. (1998), A arte da sesta, Porto, PT,Campo das Letras.
- Paraskeva, J. M (Org.) (2009), *Capitalismo acadêmico*.,Mangualde, PT,Edições Pedagogo.
- Robertson, S. (2009), O processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado? *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: ANPED e Campinas, SP: Autores Associados, 14, 42, 407-422..
- Schwartz, Y. (2003), Trabalho e saber, *Trabalho & Educação*,12(1),21-34.
- Sennett, R. (2006) A cultura do novo capitalismo, São Paulo e Rio de Janeiro,Record.
- Sguissardi, V. e Silva Jr., J. dos R (2009), Trabalho intensificado nas federais. Pós-graduação e produtivismo acadêmico, São Paulo, Xamã.
- Slaughter, S. e Rhoades, G. (2004). *Academic Capitalism and the New Economy: Markets, State and Higher Education*, Baltimore, John Hopkins University Press.
- Slaughter, S., e Leslie, L. (1997), *Academic Capitalism, Politics, Policies, and the Entrepreneurial University*, Baltimore, John Hopkins University Press.
- Smollan, R, Sayers, J. e Matheny, J. (2010), “Emotional Responses to the Speed, Frequency and Timing of Organizational Change”, *Time & Society*, 9, 1 28-53.
- Szollos, Alex (2010), “Toward a psychology of chronic time pressure - Conceptual and methodological review”, *Time & Society* , 18, 2-3, 332-350.
- Waters, L. (2006), *Inimigos da esperança. - Publicar, perecer e o eclipse da erudição*, São Paulo,Editora UNESP.
- Ylijoki, Oili-Helena (2010), “Future orientations in episodic labour: Short-term academics as a case in point”, *Time & Society* , 19 , 3, 365-386.
- Ylijoki, Oili-Helena e Mantyla, Hans (2003), “Conflicting Time Perspectives in Academic Work”, *Time & Society*, 12, 1, 55–78

